

PEC 55: ajuste fiscal ou desmonte dos investimentos públicos em educação

O Conselho da Faculdade de Agronomia e Veterinária da Universidade de Brasília manifesta a sua grande preocupação com o congelamento das despesas públicas primárias federais pelos **próximos vinte anos** contidos na PEC 55 em tramitação no Senado Federal.

Conforme a referida PEC, os investimentos no período deverão variar conforme os índices oficiais de inflação e não mais de acordo com o aumento das receitas, como prevê a legislação em vigor.

Compreendemos o momento econômico difícil que o país tem atravessado, mas repudiamos este mecanismo. Em primeiro lugar porque se trata de uma medida estrutural com enorme impacto sobre a vida de milhões de brasileiros pelas **próximas duas décadas**.

Para ser minimamente legítima e democrática, esta mudança na Constituição brasileira deveria ser amplamente discutida na sociedade e deveria se basear em uma consulta popular na forma de plebiscito.

Nem os deputados e nem os senadores eleitos no pleito de 2014 possuem legitimidade para mudanças tão profundas na Constituição do país como é o caso da PEC 241/55.

Não ignoramos a necessidade de que a gestão fiscal do Estado brasileiro seja sólida e responsável. No entanto, entendemos que o ajuste das contas públicas não pode recair sobre os investimentos essenciais para o desenvolvimento econômico e social, em um país que ainda conta com milhões de indivíduos pobres, que ostenta um dos piores níveis de desigualdade social em todo o mundo e possui enormes carências em investimentos em saúde, educação bem como em ciência e tecnologia.

A título de exemplo, a despesa com juros não é contabilizada no resultado primário, mas ela é bastante significativa para as contas públicas. Em 2014, o total de juros nominais pagos somou R\$ 311,4 bilhões (5,64% do PIB). O acumulado em 12 meses até março de 2015 foi de R\$ 396,6 bilhões (7,11% do PIB).

A função fundamental do endividamento público em sua origem era permitir a realização de grandes projetos de investimento de parte dos governos. No entanto, a dívida pública se tornou parte do mercado financeiro e uma forma de redistribuir recursos do orçamento para remuneração de produtos financeiros. A dívida pública se transformou em um grande negócio e deixou de desempenhar seu papel no financiamento dos grandes projetos de investimento públicos em infraestrutura, saúde, educação e habitação popular.

Outras medidas que ajudariam no reequilíbrio das finanças governamentais, adotadas há tempos em diversas nações do mundo desenvolvido, podem e devem ser levadas em conta neste momento da história brasileira.

Entre elas destacam-se o efetivo combate à evasão fiscal; a implementação de uma reforma tributária de corte fortemente progressivo, com maior taxaço sobre as faixas mais altas de renda, bem como as grandes propriedades e heranças; o combate ao rentismo, que acarreta graves distorçoões à economia brasileira, direcionando recursos públicos e privados para atividades concentradoras da riqueza e limitadoras do desenvolvimento nacional; e a melhor gestão das políticas públicas, com vistas ao aprimoramento da qualidade do gasto público.

A UnB passou de 1.380 docentes em 2008 para 2.364 em 2013. Entre 2008 e 2013, a UnB passou de 80 para 161 cursos. **O número de alunos aumentou de 25.314 em 2008 para 39.979 em 2013.** Isso jamais teria ocorrido com a PEC 241/55. Segundo estimativas do Reitor da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), esta universidade teria tido **R\$ 3 bilhões a menos** caso a PEC 241/55 tivesse sido aprovada em 2006.

Segundo simulação realizada pela Pró-Reitoria de Orçamento e Planejamento da UFRGS, se a PEC 241/55 tivesse sido aprovada em 2006, a UFRGS teria tido uma **redução cumulativa no orçamento entre 2006 a 2015 de R\$ 580,3 milhões** (documento intitulado “A UFRGS e a PEC 241”).

Não foram os investimentos na expansão do ensino público superior e nem os investimentos em nosso Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação cujas organizações como o CNPQ e a INEP são fundamentais para o financiamento das nossas pesquisas ou mesmo o aumento das bolsas nos cursos de pós-graduação, os causadores dos grandes problemas fiscais. Tampouco foi o aumento dos valores do Plano Safra e o aumento de aporte dos repasses para a EMBRAPA o principal causador do desequilíbrio fiscal.

Para se ter uma ideia, apenas em 2014, as desonerações fiscais somaram **R\$ 104 bilhões**. É mais de dez vezes o orçamento anual do MCTI de R\$ 9,5 bilhões em 2014. Somos favoráveis a uma gestão eficiente e responsável para reequilibrar as finanças públicas, mas somos contra a PEC 55 pelo seu conteúdo e pela forma que está sendo implementada. Há outras formas e experiências de gestão fiscal que não comprometam investimentos sociais, educacionais e científicos tão essenciais para o presente e futuro do país.

Brasília, 28 de novembro de 2016.

CF - FAV